

CIBEC/INEP



B0018671

o Desporto

quisas Educacionais



Registro de Experiências Educacionais

F
37.013
59r
Ex.2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Fernando Henrique Cardoso
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
Paulo Renato Souza
SECRETARIA EXECUTIVA DO MEC
Luciano Oliva Patrício

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
Maria Helena Guimarães de Castro

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

Registro de Experiências Educativas

Brasília
1997

ELABORAÇÃO

DIRETORIA DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro

EQUIPE TÉCNICA

Ana Maria de Góis Rodrigues

Ana Paula Pereira Meneses Santana

Luciana Guimarães Costa Briner

Lumi Kihara

Moema do Prado Pereira

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Rejane Dias Ferreira Ribeiro

REVISÃO

Antônio Bezerra Filho

Jair Santana Moraes

José Adelmo Guimarães

PLANEJAMENTO GRÁFICO

Primeira Página Comunicação

TIRAGEM: 1.000 exemplares

Publicação financiada pelo Projeto BRA 92/003 - Centro de Referências sobre Inovações e Experimentos Educacionais - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

INEP- SGAS, Quadra 607, Lote 50 - 70200-670 Brasília-DF

Fone: (061) 242-0822 Fax: (061) 244-4712

Dados Internacionais de Catalogação-na-Fonte (CIP)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.
Registro de experiências educacionais/Instituto Nacional
de Estudos e Pesquisas Educacionais. - Brasília: O Instituto,
1997.

45 p.: il.

ISBN 85-86260-06-1

1. Pesquisa educacional - Brasil. I. Título.

CDU 37.012.85

Sumário

Apresentação	5
Distribuição Geográfica	7
Alfabetização	
Classes Progressivas	9
Projeto Travessia, Arte e Letramento -TAL	11
Tecnologia em Educação	
Rádio Escola	13
Projeto Informática na Educação	15
Educação de Jovens e Adultos	
Proposta Curricular do Curso de Educação Fundamental de Jovens e Adultos	17
Tempo de Alfabetizar	19
Experiência Pedagógica nas Últimas Séries do Ensino Fundamental Noturno	20
Projeto Esperança de Educação de Jovens e Adultos	22
Educação na Zona Rural	
Nuclearização de Escolas da Zona Rural	25
Momento Coletivo	27
Escolas Comunitárias Rurais	28
Projeto Global	
Escola Cidadã	31
Cidadania	
Artes nas Escolas	33
Viver Juntos os Desafios das Drogas	34
Educação para o Trabalho	
Programa de Formação de Jovens para o Trabalho - PROFORT	35
Aceleração no Ensino	
Proposta Pedagógica de Aceleração de Estudos no Ensino Fundamental	37
Currículo	
Lendo e Aprendendo	39
Proposta Curricular de Educação Municipal	40
Capacitação de Professores	
Capacitação em Rede	43
Luz do Saber	45

Apresentação

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, que em 1997 comemora 60 anos, acaba de passar por uma profunda mudança, da qual saiu institucionalmente fortalecido para desempenhar três atribuições básicas: desenvolver e implementar sistemas de avaliação educacional em todos os níveis de ensino; consolidar a modernização do sistema nacional de estatísticas educacionais; e promover a disseminação de indicadores e informações educacionais.

Este realinhamento institucional resgata o perfil que o educador Anísio Teixeira pretendia imprimir-lhe na década de 50, redefinindo a sua missão em consonância com as novas diretrizes da política educacional. Dentro desta perspectiva, o INEP assume um papel estratégico no atual esforço do Ministério da Educação e do Desporto - MEC, em prol da melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis.

Ao publicar este Registro de *Experiências Educacionais*, o INEP dissemina iniciativas bem-sucedidas que estão contribuindo para mudar a realidade educacional em todo o País. Com isso, incentiva o trabalho, muitas vezes anônimo e silencioso, de agentes educacionais que assumiram o compromisso com a construção da escola pública de qualidade.

As 20 experiências selecionadas e reunidas nesta publicação foram identificadas com o apoio das Secretarias Estaduais de Educação e das seções regionais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME. Também são apresentadas iniciativas comunicadas direta-

mente pelas escolas, respondendo ao convite feito pelo INEP por meio de encarte na revista *TV Escola* (fascículo nº 4).

Em face da quantidade, relevância e riqueza das experiências cadastradas ao longo de 1996, coube ao INEP a tarefa de selecioná-las, adotando, para isto, dois critérios: a diversidade regional e a qualidade das informações enviadas. Assim, o resultado alcançado é um painel representativo do que está sendo feito em todo o País para melhorar a educação básica.

No entanto, é preciso ressaltar que, no momento da solicitação, não foi definida uma metodologia de coleta. Por esta razão, as experiências apresentadas ao INEP não forneceram dados padronizados, o que facilitaria a sistematização dos registros. Como consequência desta heterogeneidade dos relatos, as informações precisaram passar por um tratamento prévio para publicação.

Este trabalho não seguiu uma abordagem analítica, restringindo-se mais à descrição de casos para dar maior clareza às experiências educacionais relatadas. Portanto, o INEP apresenta um documento que tem como única pretensão divulgar algumas iniciativas que estão ajudando a elevar a qualidade do ensino. Com isso, espera incentivar o intercâmbio de experiências entre os sistemas de ensino e entre os agentes educacionais, como instrumento de mudança.

Maria Helena Guimarães de Castro
Presidente do INEP

Distribuição Geográfica



Rio Grande do Sul

- Alfabetização
- Tecnologia em Educação
- Educação na Zona Rural
- Projeto Global
- Currículo

Santa Catarina

- Educação para o Trabalho

Mato Grosso do Sul

- Alfabetização
- Educação de Jovens e Adultos (2)
- Cidadania

Espírito Santo

- Educação na Zona Rural

Rio Grande do Norte

- Educação de Jovens e Adultos (2)
- Cidadania
- Currículo

Paraná

- Tecnologia em Educação
- Educação na Zona Rural

Maranhão

- Aceleração do Ensino

Pernambuco

- Capacitação de Professores

Amazonas

- Capacitação de Professores

Alfabetização

Classes Progressivas

Localidade

Ijuí - Rio Grande do Sul

Órgão Executor

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ijuí

Abrangência

Alunos da 1^a à 3^a série do primeiro grau da Escola Municipal Deolinda Burufaldi
Centro Municipal de Educação Integral

Descrição

A Escola Municipal Deolinda Burufaldi, localizada na periferia da cidade, adotou as Classes Progressivas em 1994, com o objetivo de respeitar os níveis e ritmos diferenciados de aprendizagem das crianças. A escola funciona no sistema de tempo integral, sendo o turno da manhã dedicado ao ensino regular e o da tarde ao trabalho nas oficinas. Essa característica favoreceu o desenvolvimento do Projeto porque tanto o professor quanto os alunos dispõem de mais tempo para a prática pedagógica.

O ponto de partida para a implementação do Projeto foi a constatação de que a repetência representava um sério entrave à aprendizagem, porque obrigava o aluno a voltar à estaca zero. Na escola, portanto, não existe mais aluno repetente à maneira tradicional. Aquele que não apresentar desenvolvimento satisfatório para promoção de sé-

rie permanece na mesma, mas os professores realizam um trabalho direcionado às suas dificuldades específicas, considerando as aprendizagens construídas e o nível em que ele se encontra.

Alunos com desenvolvimento insatisfatório para a série que estudam, porém com conceitos básicos em construção, passam para a série seguinte. O ensino, neste caso, considera os estágios de desenvolvimento da criança, suas capacidades e dificuldades.

Para viabilização desse trabalho, os alunos de cada série são organizados em grupos distintos, considerando seus níveis de aprendizagem. Assim, uma mesma série tem grupos diferenciados, e as crianças, de acordo com o desenvolvimento de aprendizagem, são remanejadas periodicamente para outras turmas.

A cada trimestre, os professores de cada série, em conselho de classe, realizam a avaliação dos alunos. No último trimestre, a

avaliação é feita por todos os professores envolvidos no ciclo de alfabetização. A avaliação é diagnóstica e individual.

Além dos critérios formais de avaliação - exercícios orais, práticos e escritos -, são também observados os trabalhos individuais e em grupo (questionamentos, diálogos e debates).

Quanto à avaliação final do aluno e sua promoção, os professores elaboram parecer descritivo individual do aluno e reorganizam os grupos, de acordo com os níveis de aprendizagem. A nota continua existindo como registro legal e só é considerada ao final do ano letivo. Casos de alunos que não foram promovidos de série são analisados e decididos pelo conselho pedagógi-

co, integrado pela direção, pela coordenação e por um professor.

Durante o ano, a escola oferece aos alunos estudos de recuperação preventiva, simultâneos ao processo de aprendizagem, com o acompanhamento contínuo do professor. São atividades de reforço com a finalidade de prevenir ou sanar dificuldades de aprendizagem durante o ano e não apenas no final. Os estudos de recuperação ocorrem à tarde, com duração mínima de três horas semanais.

Como resultado do primeiro ano de desenvolvimento do trabalho, o índice de evasão caiu de 5% (1991) para 2%, e o de repetência, de 19% (1991) para 11%.

Projeto Travessia, Arte e Letramento - TAL

Localidade

Mato Grosso do Sul

Órgão Executor

Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul

Abrangência

Alunos de 1^a e 2^a séries do primeiro grau

Descrição

Desenvolvido desde 1995, o Projeto Travessia, Arte e Letramento - TAL tem por objetivo reorientar a prática pedagógica da alfabetização para minimizar o problema da reprovação e da evasão nas séries iniciais. As duas vertentes do trabalho são a capacitação continuada de recursos humanos e a promoção automática do aluno da 1^a para a 2^a série como forma de assegurar que o processo de alfabetização não se interrompa.

Assim, para que a criança adquira domínio da leitura e da escrita, a 1^a e a 2^a séries são unificadas em um único bloco letivo. Até o final de 1998, a meta é abranger 100% das escolas estaduais que oferecem ensino de 1^o grau nas duas primeiras séries.

O Projeto Travessia, Arte e Letramento é formado por um Grupo de Pilotagem - GP, um Grupo de Apoio Pedagógico - GAP e um Grupo de Execução do Projeto - GEP.

O GP, formado por técnicos da Secretaria de Educação do Estado, acompanha o trabalho do professor em sala de aula, avalia e retroalimenta os profissionais envolvidos e avalia e reprograma o Projeto. O GAP, integrado por um técnico pedagógico, pelo co-

ordenador pedagógico, pelo diretor da escola-pólo e pelo professor, coordena e assessora o processo ensino-aprendizagem e, ainda, decide sobre a promoção do aluno para a 3^a série, entre outras atribuições. O GEP, formado por professores das escolas-pólo, por sua vez, é o responsável pelo desenvolvimento do projeto nas salas de aula.

O Projeto não muda as formas de avaliação bimestral, porém, ao final de dois anos, há uma verificação do grau de leitura e compreensão de textos, da escrita e da expressão oral do aluno e, também, de sua capacidade para utilizar a sala de leitura.

Desta forma, o Projeto propõe a travessia de um ambiente pedagógico de atividades fragmentadas para outro, no qual a Língua Portuguesa é trabalhada em toda a sua complexidade. Para tanto, a capacitação é fundamental para que o professor alfabetizador domine os fundamentos conceituais que envolvem as relações de ensino-aprendizagem da educação infantil.

Como resultados, o TAL pretende que os alunos adquiram competência lingüística e literária e o professor alfabetizador seja estimulado a pensar, a estudar e a se expressar criticamente.

Rádio Escola

Localidade

Curitiba-Paraná

Órgão Executor

Secretaria Municipal de Educação de Curitiba

Abrangência

Alunos de 3^a e 4^a séries do primeiro grau

Descrição

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei n.º 5.692/71 - estabelece que os conteúdos curriculares do ensino básico devem observar, entre outros aspectos, a iniciação tecnológica e o estímulo à leitura crítica dos meios de comunicação social. Estes são dois objetivos gerais do Projeto Rádio Escola, desenvolvido para alunos das 3^a e 4^a séries do primeiro grau e implantado nos Centros de Educação Integral - CEIs de Curitiba.

A experiência da Rádio Escola teve início em 1994, com a formação de um grupo de estudos integrado por professores, pedagogos, diretores de escolas e profissionais de radiodifusão. O objetivo era conhecer a história dos meios de comunicação e, em particular, do rádio, a linguagem radiofônica, redação, locução e outras peculiaridades do meio.

A emissão do programa é feita por

uma única estação geradora, «CEI Bela Vista do Paraíso», onde se localiza o estúdio de gravação. As demais escolas estão integradas por sistema de linhas telefônicas em circuito fechado, por meio do qual elas recebem a programação e participam da transmissão. A difusão dos programas é feita por linhas permanentes de som (LPS). Com uma maleta de transmissão, o som é amplificado e difundido por caixas acústicas.

A Rádio Escola funciona duas vezes por semana, com 10 a 20 minutos de transmissão por período. O programa é produzido por uma turma de alunos de 3^a e 4^a séries sob a coordenação de pedagogos de cada escola, com a participação do professor regente, de uma assessoria de jornalista e de uma coordenadora de estúdio.

O Projeto estabelece duas formas de participação. Na emissão, os alunos atuam como pesquisadores, produtores, redatores,

locutores, repórteres, arquivistas, editores e roteiristas. A multiplicidade de atividades favorece o trabalho interdisciplinar com visão integradora da realidade. Na recepção, todos os alunos das escolas envolvidas nesta iniciativa participam como ouvintes dos programas ou no acompanhamento e avaliação da programação.

Segundo depoimento dos responsáveis pela Rádio Escola, observa-se significativa

mudança de hábitos e atitudes por parte dos alunos participantes. O trabalho em grupo ganha forma dinâmica, há participação ativa e responsável nos programas e até observação e análise mais criteriosa da realidade. Verifica-se também desenvolvimento da atenção, do raciocínio, da organização de idéias, da expressão oral e escrita, da desinibição para falar em público e do envolvimento com a comunidade.

Projeto Informática na Educação

Localidade

Imigrante - Rio Grande do Sul

Órgão Executor

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Ação Social de Imigrante

Abrangência

Turmas de alfabetização e de ensino fundamental das escolas públicas municipais (zonas rural e urbana).

Parceria

Prefeitura Municipal de Imigrante

Kinder Informática (FutureKids do Brasil)

Descrição

Em março de 1996 foi implantado o Projeto Informática na Educação em toda a rede municipal de Imigrante, com o objetivo básico de oferecer ao aluno a chance de experimentar, pesquisar, descobrir e extrair informações referentes ao assunto estudado. Além disso, pretende: (I) potencializar o desenvolvimento da criança a partir de desafios e estímulos constantes a sua curiosidade; (II) favorecer a autonomia e a responsabilidade pelo próprio aprendizado, de forma a construir seu conhecimento; (III) garantir o desenvolvimento de sua capacidade e segurança no manejo da tecnologia em favor próprio e; (IV) desenvolver o raciocínio lógico, a capacidade de memorização, a comunicação, a criatividade, o espírito cooperativo e a socialização.

Para a implantação do Projeto, a Administração Municipal de Imigrante visitou outros municípios que desenvolviam

trabalho com informática para buscar alternativas possíveis. Várias propostas foram apresentadas aos professores, vereadores e comunidade interessada. Após a escolha da área em que atuariam, e definidas a assessoria e a forma de acesso de toda a rede municipal ao trabalho de informática, a Prefeitura Municipal providenciou os espaços físicos adequados para a instalação das oficinas e adquiriu os equipamentos necessários.

Para o desenvolvimento do Projeto foram montadas oficinas nas escolas. Os alunos de pré-escola (classes de alfabetização) e de 1ª a 8ª série assistem a aulas semanais. Estas aulas são sequenciais, com currículo próprio para cada série, e abrangem diversas áreas do conhecimento. O Projeto pretende atender também aos alunos da rede estadual no Município e aos jovens e adultos que estão fora da escola.

Sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e equipe de asses-

soria contratada, todos os professores municipais passaram por período de treinamento para familiarizarem-se com a nova ferramenta. Dentre os professores, foram destacados monitores para aprofundar os conhecimentos em informática, principalmente em metodologias e currículos a serem trabalhados com os alunos.

Dentre os resultados obtidos, até o momento, sobressai o desenvolvimento da atenção, da curiosidade e da autoconfiança. A motivação dos alunos, pais e professores também é evidente.

Nas classes de alfabetização são percebidos sinais de aceleração do processo de reconhecimento das letras - 96,8% dos alunos da 1ª série foram alfabetizados.

Educação de Jovens e Adultos

Proposta Curricular do Curso de Educação Fundamental de Jovens e Adultos

Localidade

Rio Grande do Norte

Órgão Executor

Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desporto do Rio Grande do Norte

Abrangência

Alunos e professores do curso supletivo de 1º grau

Descrição

A proposta curricular do Curso de Educação Fundamental de Jovens e Adultos, adotada a partir de 1996, busca reduzir as altas taxas de evasão (54%) e de repetência (27,4%) registradas no ensino supletivo do Rio Grande do Norte.

Pelo novo currículo, o aluno aprende a ler e escrever, a compreender e interpretar o que escreve e o que lê.

O programa curricular foi concebido a partir da constatação de que a experiência de vida dos alunos, com uma lógica já desenvolvida a partir de seu processo de interação e conhecimento, inviabiliza o uso de cartilhas ou livros de leitura que se apoiam exclusivamente em sistemas de escrita, muitas vezes inadequados à realidade destes alunos. Assim, a proposta curricular está voltada para os contextos sociocultural, político e econômico da população e do mundo do trabalho.

O currículo foi estruturado em disciplinas e conteúdos, a partir da definição de eixos centrais a serem operacionalizados por meio de objetivos e atividades didáticas. A base do ensino-aprendizagem é o processo de construção do conhecimento, da interpretação, da associação, da generalização, da discriminação, da abstração, da sistematização e da síntese. Ao estabelecer relações entre o que está sendo estudado e os fatos, o aluno se prepara para compreender o contexto histórico em que vive.

Os programas curriculares anteriores foram redimensionados para subsidiar a elaboração de uma proposta curricular única. Desta forma, o aluno ingressa na nova estrutura curricular a partir de uma avaliação do nível de aprendizagem e do domínio de conhecimento dos conteúdos programáticos.

O curso de Educação Fundamental de Jovens e Adultos foi dividido em quatro ni-

veis, e a carga horária anual estabelece 216 horas para Língua Portuguesa e Matemática, 144 horas para Geografia, História e Ciências e 36 horas para programação ocupacional (arte, cultura, esporte).

O processo de promoção do aluno ganhou flexibilidade. Há uma avaliação individual, para conhecimento do estágio de escolaridade do aluno. Essa avaliação possui caráter diagnóstico, tendo como ponto central o progresso do aluno em cada fase do conhecimento. Nesse processo, tanto o aluno quanto o professor ficam conscientes do que é necessário mudar. A avaliação é, portanto, fator integrante do processo ensino-aprendizagem.

O desenvolvimento do novo programa curricular exigiu a capacitação dos professores por meio de cursos, encontros e seminários. Como a atuação do professor adquire forma interdisciplinar, são necessários estudos, discussões, reflexões, avaliações e correções.

Durante o processo de capacitação, o professor assimila os fundamentos e os mecanismos didáticos da proposta, a metodologia de trabalho na sala de aula, a bibliografia para estudos e outras sugestões que auxiliem o trabalho didático. Foi estruturado também um curso de atualização para os docentes.

Tempo de Alfabetizar

Localidade

Mato Grosso do Sul

Órgão Executor

Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul

Abrangência

Jovens e adultos analfabetos

Parceria

Ministério da Educação e do Desporto

Secretaria de Justiça do Estado

Entidades civis

Iniciativa privada

Descrição

No Estado de Mato Grosso do Sul, 10,6% da população na faixa etária de 15 a 60 anos são analfabetos, o que corresponde a mais de 192 mil pessoas, das quais 65,6% vivem nas áreas urbanas. Em execução desde 1996, "Tempo de Alfabetizar" cria mecanismos de participação da sociedade civil no combate aos altos índices de analfabetismo em Mato Grosso do Sul.

O Programa constitui-se de curso livre, podendo funcionar em escolas, empresas e outros locais comunitários. As classes são constituídas de até 25 alunos e funcionam de segunda a sexta-feira, no horário mais adequado ao alfabetizando. São duas horas diárias de aula, no período de 90 dias.

A meta é alfabetizar 143 mil jovens e adultos até 1998, reduzindo para 5% o índice de analfabetismo nos diversos municípios atendidos pelo Programa. A primeira fase começou a ser desenvolvida em 18 municí-

pios do Programa Comunidade Solidária.

Para viabilização do "Tempo de Alfabetizar", a Secretaria de Educação do Estado constituiu uma comissão de mobilização, envolvendo as universidades, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, a União dos Dirigentes Municipais de Educação e a Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul, entre outras entidades.

Uma das formas de mobilização adotada pelos membros dessa comissão consiste na abertura das salas de aula de alfabetização e na liberação de uma hora de trabalho diário do alfabetizando-trabalhador.

Para coordenar o Programa nos diferentes municípios em que ele atua, criou-se uma Comissão de Alfabetização, responsável pelo mapeamento da população analfabeta e pela operacionalização do trabalho, em parceria com entidades da sociedade civil organizada.

Experiência Pedagógica nas Últimas Séries do Ensino Fundamental Noturno

Localidade

Mato Grosso do Sul

Órgão Executor

Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul

Abrangência

Escolas estaduais e escolas municipais de Corumbá, Coxim, Jardim e Três Lagoas

Descrição

Em Mato Grosso do Sul, segundo dados de 1993, dos 43.767 alunos matriculados no 1º grau noturno, 14.375 evadiram. Dos 29.392 alunos que permaneceram, 6.461, ou seja, 21,9%, foram reprovados.

O Projeto Experiência Pedagógica nas Últimas Séries do Ensino Fundamental Noturno pretende reduzir os altos índices de evasão e repetência no ensino noturno, estabelecendo novas diretrizes para as últimas séries do ensino fundamental e definindo uma metodologia específica para tal turno. Com mudanças na carga horária, na lotação de professores e no quadro curricular do curso noturno, o Projeto visa a uma mudança metodológica. Houve estruturação diferenciada no desenvolvimento do currículo, sem observância de seriação, e na avaliação do rendimento. Esta avaliação elimina a retenção, de forma a inserir o aluno no processo de observação e acompanhamento de seu rendimento, permitindo, inclusive, a superação das dificuldades.

O curso, cuja carga horária mínima é

de 1.890 horas/aula, está estruturado em três fases e abrange as disciplinas de Português, Matemática, História, Geografia e Ciências Físicas e Biológicas. A carga horária mínima de cada fase é de 630 h/a, distribuídas em 42 semanas anuais.

As fases estão estruturadas da seguinte forma: 1ª e 2ª fases - oferecem as cinco disciplinas, tendo cada uma delas 3 h/a semanais; 3ª fase - Português e Matemática, sendo 9 h/a e 6 h/a semanais para cada disciplina, respectivamente. Ao finalizar o curso, o aluno terá assistido a 630 h/a de Português, 504 h/a de Matemática e 252 h/a de História, de Geografia e de Ciências Físicas e Biológicas, respectivamente.

No processo avaliativo é aprovado aquele aluno que obtiver aproveitamento mínimo de 6,0 na conclusão de cada disciplina, em relação aos conteúdos propostos, e frequência mínima de 75%.

Os professores lotados neste Projeto participam de programas de capacitação, de ações de planejamento, de sessões de estudos e são submetidos a avaliações de desempenho periódicas.

Após os resultados do acompanhamento e avaliação do Projeto em Corumbá, Coxim, Jardim e Três Lagoas, municípios contemplados na fase de implementação, pretende-se atingir toda a rede estadual de ensino. Esta avaliação terá como parâmetros

os índices de evasão e repetência dos três últimos anos anteriores à implantação do Projeto e do 3º ano após a sua implementação. Será considerado satisfatório se estes índices revelarem uma redução em torno de 30%.

Projeto Esperança de Educação de Jovens e Adultos

Localidade

Rio Grande do Norte

Órgão Executor

Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desporto do Rio Grande do Norte

Abrangência

Jovens e Adultos do Município

Parceria

Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy - IFP

Descrição

Desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte em parceria com o Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy, o Projeto Esperança foi implantado em 1995, na zona norte de Natal, para atuar na área de Educação de Jovens e Adultos, no segmento alfabetização, cuja metodologia adotada é a construtivista-interacionista.

Criado como um Projeto Especial, contou com o apoio das unidades instaladas na zona norte de Natal, área já prevista para sua implementação, e com uma equipe de técnicos selecionados pelo IFP. A estrutura do Projeto é composta de Coordenação-Geral, Gerência Técnico-Pedagógica e equipe de professores formadores, responsáveis pela elaboração da proposta pedagógica e pela formação continuada.

O processo de seleção dos alfabetizadores se deu a partir da convocação de professores e alunos concluintes do curso de magistério que residissem na zona norte da cidade.

Dos 2.000 alunos matriculados em

1995, 1.480 foram alfabetizados. Com um índice de 74% de aprovação, a Secretaria de Educação do Estado considerou o Projeto satisfatório. Em 1996, além de Natal, o Projeto foi ampliado para os municípios de Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz.

Além de priorizar a alfabetização, o Projeto Esperança visa estimular adolescentes e adultos a continuarem seus estudos ingressando no curso de Educação Fundamental. Neste sentido, oferece oportunidades de prosseguimento dos estudos, para que seus egressos não sofram descontinuidade no processo de aprendizagem, prevendo ainda o encaminhamento dos concluintes à capacitação profissional, de acordo com a escolha de cada um, a fim de que não haja regressão no estágio por eles alcançado.

Até o momento, os resultados obtidos foram considerados bons, pois 3.096 alunos conseguiram concluir esta etapa, sendo, destes, 1.348 encaminhados ao Estágio I do Ensino Supletivo, para prosseguimento dos es-

tudos. Os 1.748 restantes tiveram frequência insuficiente devido ao desemprego, pois a irregularidade dos trabalhos realizados para garantir a sobrevivência os impediu de dar prosseguimento aos estudos.

Atualmente, o sistema de ensino está estruturado de forma que qualquer cidadão possa nele ingressar, desde que faça um teste para aferição do nível no qual será incluído.

Nuclearização de Escolas da Zona Rural

Localidade

Santa Maria - Rio Grande do Sul

Órgão Executor

Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria

Abrangência

Alunos da pré-escola e do ensino fundamental

Parceria

Prefeitura Municipal de Santa Maria

EMATER

SESI/SESC

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Descrição

Com o objetivo de oferecer ensino de 1º grau completo adequado ao meio rural, o Projeto de Nuclearização de Santa Maria desenvolveu um programa para a autopromoção do homem do campo e o seu contexto sociocultural, racionalizando a utilização dos recursos disponíveis.

A nuclearização consiste no agrupamento de pequenas escolas unidocentes de uma região rural em uma Escola-Núcleo, com características próprias de organização e funcionamento.

Para a implantação do Projeto, foram realizados levantamentos e consultas prévias junto às comunidades envolvidas, a fim de detectar suas necessidades. A organização do

sistema de transporte escolar - que atingiu, em 1995, 83 localidades -, o treinamento dos professores para atuar no Projeto e a realização de concurso público para completar o quadro de professores das Escolas-Núcleo foram alguns dos procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Educação.

Para habilitar os professores rurais leigos ao magistério de 1ª a 4ª série do 1º grau e pré-escola, foi estabelecido convênio com a Universidade Federal de Santa Maria. O Centro de Educação da UFSM ofereceu cursos supletivos para essa categoria de professores.

O funcionamento das Escolas-Núcleo do tipo padrão, ou seja, cora atendimento a cada modalidade do currículo em três dias alternados por semana, em tempo integral,

teve início em 1990, com autorização do Conselho Estadual de Educação. Na modalidade padrão que oferece o 1º grau completo existem três escolas: a Escola Municipal de 1º Grau Valentim Bastianello, no Distrito de Dilermando de Aguiar, implantada em 1990; a Escola Municipal de 1º Grau Almiro Beltrame, Distrito de Boca do Monte, implantada em 1991; e a Escola Municipal de 1º Grau Bernardino Fernandes, Distrito de Pains, implantada em 1992. Ainda nesta modalidade, porém oferecendo 1º grau incompleto, foi implementada, em 1993, a Escola Municipal de 1º Grau Incompleto José Paim de Oliveira, no Distrito de Dilermando Aguiar.

Noutra modalidade, de funcionamento diário, existem sete escolas, implantadas, a partir de 1990, em diversos distritos de Santa Maria. Trinta e oito pequenas escolas rurais foram agrupadas a estas sete Escolas-Núcleo.

Dentre os resultados obtidos pelo Projeto de Nuclearização, destacam-se: ampli-

ação, em cerca de 10%, do acesso dos alunos de zona rural às séries finais do ensino de 1º grau; aumento no número de matrículas, com retorno, à escola, de alunos que haviam interrompido seus estudos por falta de escola de 1º grau completo; índice maior de aprovação e de frequência, nas Escolas-Núcleo, em relação às demais escolas da zona rural; e a melhoria nas condições físicas, com concentração de recursos e materiais didáticos.

Este Projeto tem repercutido favoravelmente no Rio Grande do Sul e no Cone Sul, onde a experiência foi relatada a pedido do Comitê Latino-Americano de Vereadores, Ediles e Consejales, para a integração dos países do Mercosul nas áreas de Educação e Cultura.

A garantia de continuidade do Projeto reside, principalmente, no apoio político que vem recebendo, pela repercussão positiva na região e, em especial, pela aprovação e participação da comunidade.

Momento Coletivo

Localidade

Pinhão - Paraná

Órgão Executor

Secretaria de Educação do Paraná/

Centro de Estudos Supletivos de Pinhão

Abrangência

Alunos de 1º grau do ensino supletivo

Descrição

No Centro de Estudos Supletivos de Pinhão, cidade do interior do Paraná, com 27 mil habitantes, os alunos não frequentam aulas regulares. Como a maioria é da área rural, as dificuldades de acesso à escola são imensas. Assim, eles levam material didático para casa e, na escola, recebem atendimento individualizado dos professores. Há plantão, de segunda a quinta-feira, das 8h às 22h, para que o estudante escolha o horário mais conveniente para tirar as dúvidas.

Os professores detectaram que, em todas as disciplinas, a dificuldade com leitura e interpretação dos textos era o principal obstáculo à aprendizagem. O Projeto Momento Coletivo surgiu da necessidade de ajudar os alunos a superar esta barreira. Desde 1994, os professores reúnem, uma vez por semana, os alunos de 1º grau, para assistir a vídeos, filmes, palestras e debater

temas de interesse coletivo. Depois de cada encontro, os alunos descrevem, de várias formas - redação, mímica, teatro ou desenho -, o que entenderam sobre o que foi apresentado e debatido.

A cada ano se trabalha com um tema escolhido pelos próprios alunos. Qualquer que seja o assunto, busca-se sempre associá-lo à realidade dos alunos. Assim, quando o tema cidadania foi colocado na pauta, eles discutiram questões como os direitos e os deveres constitucionais dos brasileiros, as relações entre patrão e empregado e os direitos dos trabalhadores.

A experiência, segundo depoimento dos professores e da direção da escola, tem ajudado os alunos a estudar em casa. Os avanços são perceptíveis em todas as disciplinas, porque os estudantes manifestam, nesses encontros, capacidade de interpretação e desenvoltura para a expressão oral e escrita e para entender a realidade em que vivem.

Escolas Comunitárias Rurais

Localidade

Jaguaré - Espírito Santo

Órgão Executor

Secretaria Municipal de Jaguaré

Abrangência

Alunos e professores da comunidade rural, na segunda fase do 2º grau

Descrição

Até 1988, as escolas localizadas na zona rural de Jaguaré atendiam apenas aos alunos das quatro primeiras séries do ensino fundamental.

Inspiradas nas escolas-família, que funcionam desde o início da década de 70 no Espírito Santo, as Escolas Comunitárias Rurais, desenvolvidas a partir de 1989, resolvem o problema do estudante que tem de conciliar os estudos com as atividades agrícolas e ajudam a fortalecer as relações comunitárias no campo.

A principal característica das Escolas Comunitárias Rurais de Jaguaré, município capixaba a 200 quilômetros de Vitória, é a participação comunitária na gestão escolar.

A pedagogia visa valorizar a realidade do campo e atender às necessidades dos agricultores, de forma que eles não precisem mais migrar para cidade a fim de proporcionar aos filhos a continuidade dos estudos na segunda etapa do 1º grau. O objetivo fundamental é combater o êxodo rural na região, que tem na produção de café a base da sua economia.

As escolas comunitárias de São João Bosco, Girai e Japira oferecem ensino fun-

damental de 5ª a 8ª série para alunos na faixa etária de 10 a 16 anos. As três escolas adotam a pedagogia da alternância, na qual metade dos alunos estuda em período integral na escola, das 7h às 17h, enquanto a outra metade desenvolve atividades escolares em casa. Na semana seguinte, há o revezamento. Assim, o aluno pode estudar e, ao mesmo tempo, ajudar a família no plantio e na colheita.

Na escola, os alunos cumprem o currículo regular e mais duas disciplinas, Técnicas Agrícolas e Prática na Propriedade, que envolvem aprendizado teórico e prático. Os professores regularmente visitam os alunos, para acompanhar o desenvolvimento dos estudos em casa.

A cada bimestre os alunos trabalham com um "tema gerador", que favorece o desenvolvimento de uma série de atividades fora e dentro das salas de aula, como pesquisas junto à família e à comunidade e excursões, para coletar informações sobre o objeto em estudo. Assim, o tema "fontes de energia" possibilitou aos alunos visita à unidade da Petrobrás em São Mateus, a 45 quilômetros de Jaguaré.

A gestão administrativa tem participa-

ção ativa da comunidade. As decisões são tomadas em assembléias de pais dos alunos. Caso os recursos públicos sejam insuficientes para cobrir as despesas, elas são divididas entre os próprios pais.

Os resultados são surpreendentes. As taxas de repetência e de evasão, nas três escolas comunitárias rurais, não ultrapassam os 2%. Na área urbana de Jaguaré a repetência é de 12%.

A identificação dos professores com a

proposta pedagógica reforça o êxito do Projeto, segundo a Secretaria de Educação de Jaguaré. Cada escola tem uma equipe de oito funcionários, entre eles o coordenador - que exerce as funções de diretor -, professores e técnicos.

O Projeto atendeu a 300 alunos em 1996, e a Secretaria Municipal de Educação de Jaguaré pretende estender a experiência, em 1997, para mais uma localidade rural do Município.

Projeto Global

Escola Cidadã

Localidade

Porto Alegre - Rio Grande do Sul

Órgão Executor

Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre

Abrangência

Diretores, professores, funcionários, pais de alunos e alunos das escolas municipais

Descrição

A Escola Cidadã é um projeto político-administrativo-pedagógico desencadeado em março de 1994 com a Constituinte Escolar. Foram realizadas discussões em diversos níveis, centralizados em três eixos: a escola que temos, a escola que queremos e como chegar à escola que queremos.

Por meio desse processo de participação, foi formulada uma proposta que abrange a gestão escolar, o currículo e a avaliação.

A gestão escolar é coletiva e envolve pais, alunos, funcionários e educadores. Esses segmentos, em conjunto com a direção eleita, são responsáveis pelas iniciativas administrativo-pedagógicas. Cada escola assegura a participação da comunidade por meio de um conselho eleito. Cabe a ele articular, deliberar e avaliar a organização da vida escolar.

O currículo do ensino fundamental foi estruturado de forma a considerar os seguintes aspectos: grafismo, regras, compor-

tamento social, pensamento e linguagem, moralidade, formação de juízo de valor, conforme cada faixa etária.

O ensino de 1º grau é organizado em três ciclos, cada um com três anos de duração. O primeiro ciclo atende a crianças de 6 a 8 anos e 11 meses, fase de transição do estágio pré-operacional para o estágio das operações concretas, ou seja, vinculadas à ação. Evidencia-se, neste período, a superação lenta do nível intuitivo do pensamento.

A base curricular deste ciclo é composta por: Expressão (Língua Portuguesa, Educação Física e Artes); Ciências (Físicas, Químicas e Biológicas); Ciências Humanas (Sociologia, História e Cultura Religiosa); e Pensamento Lógico-Matemático (Informática e Laboratório de Aprendizagem). Línguas (Espanhol, Inglês ou Francês) integram o complemento curricular.

A abrangência do currículo deve-se à

atenção aos recursos de pensamento e habilidades exploratórias da criança, traduzidas pelas diferentes formas de representação da realidade e das explicações de fatos e fenômenos.

Neste ciclo, a criança desenvolve também as linguagens plástica, dramática e musical, e trabalha com noções de educação socioambiental.

O segundo ciclo, também com duração de três anos, destina-se a crianças de 9 a 11 anos e 11 meses. Esta é a fase das operações concretas, marcada por grandes aquisições mentais, onde os conhecimentos adquiridos no ciclo anterior são aprofundados e ampliados.

Compõem a base curricular do segundo ciclo: Expressão (Língua Portuguesa e Literatura, Língua e Cultura Estrangeira, Arte-Educação, Educação Física); Ciências Físicas, Químicas e Biológicas; Ciências Sócio-Históricas-Culturais (História, Geografia e Cultura Religiosa) e Pensamento Lógico-Matemático. O complemento curricular abrange Informática e Laboratório de Aprendizagem.

Nesta fase, o aluno cursa um ano de Espanhol, um ano de Francês e um ano de Inglês, para que, posteriormente, opte por uma destas línguas e dê continuidade ao aprendizado.

O terceiro ciclo atende a alunos de 12 a 14 anos e 11 meses. A base curricular é formada pelas mesmas disciplinas do segundo ciclo, com acréscimo de Filosofia e

Físico-Química. O complemento curricular é reforçado com Educação Familiar e Comunitária, Educação Tecnológica e Educação Sexual.

A avaliação é um processo contínuo, com função diagnóstica, prognóstica e investigativa, para fornecer informações que possibilitem redimensionar a prática pedagógica e educativa. As escolas trabalham com três processos de avaliação: a formativa, a somativa e a avaliação especializada.

A primeira informa sobre o desenvolvimento de aprendizagem do aluno, relativo aos objetivos programados para o trimestre. Os resultados da avaliação formativa são registrados no dossiê do educando, que é submetido à análise da família. Faz parte desse processo a auto-avaliação do aluno, da turma e dos educadores. Os professores fazem relatório descritivo de cada aluno.

A avaliação somativa consiste no diagnóstico geral ao final de cada ano letivo e de cada ciclo de formação. Traz o juízo globalizante sobre o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, seus avanços e dificuldades, descrevendo a progressão do educando.

A avaliação especializada, realizada pelo Serviço de Orientação Pedagógica, com apoio do Laboratório de Aprendizagem e da Sala de Integração e Recurso, destina-se aos alunos que necessitam de apoio educativo especial e, muitas vezes, individualizado. Esta avaliação é feita a pedido do professor.

Arte nas Escolas

Localidade

Mato Grosso do Sul

Órgão Executor

Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul

Abrangência

Alunos de 5^a a 8^a série do primeiro grau e de 1^a a 3^a série do segundo grau do período noturno

Parceria

Secretaria de Cultura do Estado

Fundação de Cultura

Descrição

O Projeto Arte nas Escolas foi desenvolvido com o propósito de tornar manifestações artísticas e culturais fator de integração social dos adolescentes e de desestímulo à formação de gangues. Implantado, inicialmente, em dez escolas estaduais de Campo Grande, é uma resposta aos altos índices de violência registrados nos bairros de periferia da cidade.

Lançado em março de 1995, o Projeto tem a parceria da Secretaria de Educação, da Secretaria de Cultura e da Fundação de Cultura do Estado, para restabelecer o elo entre educação e cultura e proporcionar aos estudantes contato direto com o artista e a produção cultural da região. Para isso, vêm sendo promovidas atividades diversificadas, com o objetivo de desenvolver o potencial criativo de alunos de 5^a a 8^a série do primeiro grau e de 1^a a 3^a série do segundo grau, que estudam à noite.

Uma vez por mês, em cada escola, 3.500 alunos participam de palestras e oficinas precedidas de informações teórico-práticas e performance de artistas. São desenvolvidas atividades nas áreas de artes plásticas, literatura, artes cênicas, música, dança, teatro e capoeira. Para cada apresentação, há planejamento da programação, organização de material de apoio, orientação a diretores, coordenadores e professores das áreas afins, registro por meio de fotos e vídeos e, ao final, avaliação dos professores.

Ao criar clima de interação entre os estudantes, "Arte nas Escolas" busca não só combater a violência e a formação de gangues, mas, também, atingir outras metas: desenvolver no aluno postura crítica no consumo de produtos culturais, descobrir talentos artísticos nas salas de aula, incentivar e fomentar pesquisas de manifestações culturais e identificar produtores culturais entre os estudantes.

Viver Juntos os Desafios das Drogas

Localidade

Rio Grande do Norte

Órgão Executor

Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desporto do Rio Grande do Norte

Abrangência

Alunos dos Centros Escolares e escolas da rede estadual de ensino

Parceria

Universidade Santa Úrsula/CEDUSU - Rio de Janeiro

Secretaria de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte

Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN/RN

Descrição

A perspectiva do Programa é fomentar uma cultura de educação em saúde voltada para a melhoria da qualidade de vida, considerando o crescente aumento no índice do uso de drogas entre adolescentes nas escolas públicas e particulares de 1º e 2º graus. Há necessidade do envolvimento da educação formal, juntamente com os serviços de saúde do Estado, para desenvolver uma ação de educação preventiva nos seus aspectos mais abrangentes, inclusive no sentido de minimizar o problema das drogas.

Este Programa está sob a coordenação e execução da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Rio Grande do Norte, em observância ao Artigo 5º, Parágrafo Único, da Lei n.º 6.368/76, que estabelece a obrigatoriedade de inclusão de conteúdos que favoreçam a prevenção do uso de drogas nos currículos do ensino de 1º grau e nos cursos de formação de professores.

Os objetivos específicos do Programa são: promover o envolvimento das institui-

ções públicas e privadas em ações de prevenção às drogas; formar multiplicadores entre as equipes técnico-pedagógicas e os professores dos centros de ensino e escolas do Estado; promover intercâmbio entre os órgãos da Secretaria de Educação, com o intuito de sensibilizá-los para a importância de uma cultura de prevenção; realizar pesquisas para dimensionar o uso de drogas no Estado do Rio Grande do Norte; e produzir e divulgar subsídios sobre a prevenção do abuso de drogas, buscando viabilizar ações comunitárias e a expansão do Projeto.

A capacitação de 250 pessoas que atuam como agentes multiplicadores nos 60 Centros Escolares e a realização de seminários para sensibilização e mobilização da ação preventiva às drogas são, entre outras, metas do Programa para o período de 1995 a 1998.

O custo estimado deste Projeto é de R\$ 316.396,00 (trezentos e dezesseis mil, trezentos e noventa e seis reais), referente ao período 95/98.

Programa de Formação de Jovens para o Trabalho - PROFORT

Localidade

Santa Catarina

Órgão Executor

Secretaria Estadual de Educação e do Desporto de Santa Catarina

Abrangência

Alunos do ensino médio

Descrição

A Secretaria de Educação e do Desporto se propôs reestruturar o ensino médio. Tal proposta tem como objetivos: promover a reflexão e o debate sobre a relação entre educação e trabalho; ampliar a esfera de formação do jovem, oferecendo uma dimensão mais ampla de opções educativas e profissionais; transformar a escola de ensino médio em instituição formadora do jovem, de forma a possibilitar o desenvolvimento da criatividade e autonomia, do exercício da cidadania e do desempenho profissional; estabelecer parcerias com as instituições empregadoras e/ou ligadas à formação e desempenho profissional; e articular o ensino médio com os níveis fundamental e superior, possibilitando, assim, a continuidade na formação dos educandos. O PROFORT vem ao encontro desta reestruturação.

Para concretizar este Programa, o ensino médio estrutura-se de forma que a 1^a e 2^a séries sejam voltadas para a formação geral em Ciência e Cultura. Ao concluir a 2^a série, o aluno pode optar por cursar a 3^a série do Curso de Ensino Médio de Educação Geral, e concluir, assim, este grau de ensino. Neste caso, o aluno estará apto a prestar o vestibular.

Outra opção é frequentar a 3^a série de Educação Geral em um turno e um curso técnico-profissionalizante em outro. Assim, o aluno conclui o ensino médio concomitantemente com o profissionalizante.

A terceira opção é o aluno cursar as 3^a e 4^a séries de Curso Técnico-Profissionalizante. Neste caso, ele adquirirá uma especialização de nível médio.

O Programa organiza-se de forma centralizada e descentralizada. A primeira tem por objetivo atender à clientela das Unida-

des Escolares (UEs) de vários municípios, constituindo um núcleo de formação profissional. Até o momento, apenas nos municípios de Laguna e Ibirama existem estes Núcleos de Formação Profissional. Os cursos de Informática, Enfermagem, Hotelaria e Turismo estão sediados em Laguna; Ele-

trônica, Enfermagem e Informática são os cursos oferecidos em Ibirama.

A forma descentralizada objetiva atender à clientela de várias UEs em uma escola-sede do Programa, implantada em cada município. Nesta modalidade estão contemplados 20 municípios.

Proposta Pedagógica de Aceleração de Estudos no Ensino Fundamental

Localidade

Maranhão

Órgão Executor

Secretaria Estadual de Educação do Maranhão

Abrangência

Alunos das escolas estaduais de diversos municípios

Descrição

Os dados estatísticos da situação educacional no Maranhão apresentam taxa de defasagem idade-série superior a dois anos no ensino fundamental.

Na rede estadual de ensino, 53,87% dos alunos matriculados nas quatro primeiras séries do ensino fundamental têm idade superior à faixa etária correspondente a cada série (1994).

Diante desta situação, a Secretaria de Educação do Estado desenvolveu a Proposta Pedagógica de Aceleração de Estudos no Ensino Fundamental, com o objetivo de reduzir os índices de distorção idade-série na rede estadual através de experimentação e expansão de metodologias adequadas à aceleração da escolaridade dos alunos das séries iniciais.

As atividades de ensino-aprendizagem englobam, de forma gradual e progressiva,

os conteúdos programáticos constantes do currículo oficial. Porém, tais atividades são elaboradas de forma a observar a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos diante da realidade do aluno, oferecendo, assim, suporte para o desenvolvimento de habilidades cognitivas básicas.

A aquisição de aprendizagens significativas e as condições evidenciadas de prosseguimento seguro de estudos são critérios de avaliação do progresso do aluno. O desempenho escolar é acompanhado e avaliado nos seguintes termos: iniciativa; capacidade de análise e síntese; habilidade de trabalho em grupo; comunicação oral e escrita; participação, responsabilidade e comprometimento; consistência de argumentação; criatividade; aplicação de conceitos trabalhados; e domínio de conteúdos.

O papel do aluno e do professor nesse enfoque metodológico é redimensionado.

O aluno é mais participativo e indagador, e o professor passa a exercer o papel de articulador de ações educativas e promotor de aprendizagens.

A Proposta Pedagógica de Aceleração de Estudos no Ensino Fundamental foi implantada, experimentalmente, no 2º semestre de 1995, em 20 escolas estaduais de três municípios, abrangendo alunos da 2ª e 3ª séries.

Naquele momento foram atendidos 1.316 alunos, distribuídos em 43 classes de aceleração de estudos e sob a regência de professores especialmente treinados.

A capacitação continuada de professores, o acompanhamento pedagógico sistemático, a disponibilidade de materiais didático-pedagógicos adequados às atividades planejadas e a participação dos pais no processo educativo dos alunos foram aspectos considerados essenciais ao desenvolvimento da Proposta na fase experimental.

A eficácia desta iniciativa está nos índices de aprovação: dos 1.316 alunos matriculados nas classes de aceleração, 83,2% foram pro-

movidos, sendo 37,89% em duas séries (2ª para 4ª série; 3ª para 5ª série) e 45,31% em uma série (2ª para 3ª série; 3ª para 4ª série).

O acompanhamento e a avaliação do processo e do produto da Proposta de Aceleração de Estudos suscitaram iniciativas de reorientação do plano original. A abrangência da Fase de Expansão foi ampliada, envolvendo mais 138 escolas do interior do Estado.

No ano de 1996, cerca de 14 mil alunos, distribuídos em 465 classes de aceleração de 259 escolas estaduais - 81 na capital e 178 em 35 municípios maranhenses -, foram atendidos.

O acompanhamento pedagógico vem sendo operacionalizado por técnicos que, distribuídos por pólos, supervisionam e orientam os regentes das classes de aceleração de estudos quanto ao planejamento integrado, à seleção de conteúdos, à ambientação da sala de aula, à avaliação da aprendizagem e demais aspectos pedagógicos inerentes ao funcionamento efetivo da proposta.

Lendo e Aprendendo

Localidade

Rio Grande do Norte

Órgão Executor

Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte

Abrangência

Professores de pré-escola e de 1^a a 4^a série do primeiro grau da rede estadual de ensino

Descrição

O Projeto orienta o professor sobre a organização de sala de leitura, destinada a alunos do pré-escolar e da primeira fase do ensino fundamental (1^a a 4^a série). O objetivo é estimular, entre as crianças, o hábito da leitura e facilitar o acesso a diferentes textos: poesias, livros com predominância de gravuras, contos de fadas, biografias, fábulas e contos mitológicos, ficção romântica, livros de aventuras, histórias das grandes invenções e outros gêneros literários.

A sala de leitura tem o cronograma de atividades e o funcionamento coordenados por um professor-orientador, que, segundo a Secretaria de Educação do Estado, deve ser convicto da importância da literatura infantil e ter desenvolvido trabalhos na área de leitura e produção de textos.

O trabalho é articulado entre o profes-

sor-orientador da oficina e o professor de sala de aula. As atividades programadas - Dia da Poesia, dramatização das histórias lidas, jogos com mímica, montagem de diário de leitura com as crianças, etc. - são integradas com as demais ações pedagógicas da escola. Com iniciativas criativas, o professor busca conquistar o aluno, mesmo aquele que mostra pouco interesse pelo livro.

Não há conceitos ou notas dados aos alunos. Cabe ao professor-orientador avaliar o progresso dos alunos em relação à leitura e elaborar ficha e pasta de leitura para arquivar os trabalhos das crianças.

O Projeto, até o início de 1997, havia sido adotado por 30 escolas da capital e cinco municípios do Rio Grande do Norte. A Secretaria de Educação fornece manual explicativo às escolas, com as orientações sobre a instalação da sala de leitura.

Proposta Curricular de Educação Municipal

Localidade

Sobradinho - Rio Grande do Sul

Órgão Executor

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Sobradinho

Abrangência

Professores, funcionários, pais e alunos da pré-escola e da 1^a à 4^a série do ensino fundamental das escolas municipais

Parceria

Prefeitura Municipal de Sobradinho

Descrição

A Proposta Curricular é resultado de um trabalho coletivo, iniciado em 1995, que objetiva não só qualificar o ensino, mas também recuperar a função educacional como produtora e transmissora de conhecimentos.

Nesta Proposta, o currículo deixa de ser apenas uma questão de bases curriculares, um rol de disciplinas, conteúdos, programas, métodos e técnicas, para ser um conjunto de ações vivenciadas nas escolas. O novo paradigma curricular deixa claro que não há neutralidade ideológica do processo pedagógico, sendo o currículo possível de ser construído na escola e por ela.

A Proposta do Município de Sobradinho estabelece um currículo por atividades, no sentido da construção do conhecimento, onde características como concreção, globalização, espontaneidade, responsabilidade, envolvimento, interesse e ação são admitidos como indissociáveis e intercomplementares. Assim, é possível despertar para a curiosidade científica, favorecendo situações de conhecimento inseridas em uma

proposta baseada em ensino interdisciplinar.

Tendo em vista que as crianças do Município são oriundas de diferentes meios e classes sociais, as disciplinas devem respeitar e valorizar o seu conhecimento e trabalhar e adaptar seus conteúdos à realidade vivenciada por elas, dentro e fora da escola.

A Língua Portuguesa, trabalhada a partir da diversidade de linguagens, deve explorar pontos comuns e suas próprias controvérsias.

O ensino da Matemática deixa de ser um estudo baseado na memorização e uso de regras, para incentivar o aluno a construir seus conceitos a partir da manipulação de materiais concretos.

As disciplinas de Ciências Físicas e Biológicas e Programa de Saúde devem dar ao aluno uma visão do mundo, sujeito a transformações, aperfeiçoamentos e melhorias, e proporcionar o conhecimento científico e o desenvolvimento da capacidade de pensar de forma a conduzir o aluno a um maior respeito à vida e ao meio ambiente.

O estudo da História objetiva a construção de conceitos que permitam ao aluno se

situar no tempo e perceber a História como um processo em curso, do qual é parte integrante, e identificar a variedade das organizações social, política, econômica e cultural no tempo e no espaço.

Entendida como ciência social, a Geografia deve ressaltar o espaço na dimensão de sua construção e organização, como parte integrante de um processo histórico e não como um palco onde apenas ocorrem fenômenos.

Na área da Educação Artística, as atividades de expressão são interdisciplinares. O objetivo é desenvolver a sensibilidade e o potencial criador de cada indivíduo, através do conhecimento do processo criativo, da apreciação artística e da produção erudita, folclórica e popular do país e do mundo.

A Educação Física tem por objetivo fazer com que o aluno aprenda a reconhecer, identificar e executar atividades desportivas, para que adquira confiança e equilíbrio motor, emocional, cognitivo e afetivo.

O Ensino Religioso visa despertar, sensibilizar, fundamentar e educar a atitude religiosa, dando oportunidade ao aluno de encontrar respostas aos anseios fundamentais do ser humano, num espírito de liberdade, a fim de garantir o direito das diferentes manifestações da fé.

A Língua Inglesa, considerada hoje

como instrumento de comunicação universal, tem por objetivo ampliar a comunicação e proporcionar ao educando algumas vantagens, especialmente no campo profissional.

A Educação Ambiental é contemplada, pela Proposta, com atividades sobre preservação ambiental, fontes de água, mata nativa e fauna.

Pela vocação econômica de Sobradinho, tal proposta curricular também está voltada para o meio rural, onde a escola busca atender aos interesses e necessidades da sua comunidade, desenvolvendo, em todas as séries e disciplinas, conteúdos referentes à realidade agrícola. A Proposta prevê, em seu calendário, férias na época do plantio e da colheita, a fim de garantir a frequência dos alunos às aulas, equacionando seu rendimento escolar e sua participação na economia familiar.

Por fim, a avaliação visa expressar o estágio de crescimento do aluno de forma efetiva, lúcida, científica e humana. Portanto, substitui-se a avaliação classificatória tradicional pela avaliação diagnóstica, que envolve não só a aprendizagem do aluno, mas também a organização do ensino e as relações que se estabelecem em sala de aula. Assim, a avaliação deixa de ser um instrumento de aprovação e reprovação para ser um instrumento auxiliar da aprendizagem.

Capacitação de Professores

Capacitação em Rede

Localidade

Pernambuco

Órgão Executor

Secretaria Estadual de Educação e Esportes de Pernambuco

Abrangência

Professores da rede municipal e estadual de ensino de 1º e 2º graus

Parceria

MEC/Projeto Nordeste

Descrição

Desenvolvido desde 1995, o Programa trabalha com a capacitação simultânea de professores das redes estadual e municipal, o que ajuda a construir uma referência comum de padrões de formação na rede pública de ensino.

A Capacitação em Rede utiliza fitas de vídeo que tratam de temas contemporâneos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem. São debates gravados em estúdio, conferências e entrevistas com pesquisadores. A fita é acompanhada de textos para aprofundamento dos temas abordados. Os vídeos e os textos são reproduzidos e distribuídos para as escolas-núcleo onde se desenvolve esta capacitação.

O Programa é descentralizado e, em 1996,

se desenvolveu em 370 escolas-núcleo de todo o Estado. São 845 orientadores, entre professores das redes estadual e municipal, educadores de apoio, professores de área específica de conhecimento, equipes de ensino e professores da rede que estão realizando cursos de especialização promovidos pela Secretaria de Educação do Estado ou pelas universidades.

Cada ciclo de capacitação tem 120 horas de duração, distribuídas em três etapas de 40 horas. Os orientadores acompanham cada grupo de capacitação, organizando a apresentação dos vídeos em episódios seqüenciados nos quais são tratados os conceitos a serem aprofundados. O conteúdo discursivo dos palestrantes é recortado, evidenciando-se os aspectos relevantes para

o debate. O orientador pode subdividir os temas a partir de passagens explicativas, relacionando o que está sendo discutido e a prática de sala de aula.

Esta metodologia permite a descrição e a explicação detalhada dos conteúdos e a discussão dos conceitos tratados na fita. Desta forma, os professores podem compreender os argumentos e os princípios teóricos apresentados pelos palestrantes e, a partir daí, fazer interpretações próprias.

Em fevereiro de 1997, o programa abordou o tema "avaliação do aluno". No primeiro momento, foi discutida a concepção abrangente da avaliação, assunto de interesse comum dos professores de 1º e 2º graus. Na etapa seguinte, o tema foi segmentado por série. A capacitação teórica é complementada por oficinas pedagógicas, com recursos do Projeto Nordeste (1ª a 4ª série), do salário-educação (5ª a 8ª série) e da Secretaria de Educação do Estado (ensino médio).

Luz do Saber

Localidade

Amazonas

Órgão Executor

Secretaria Estadual de Educação do Amazonas

Abrangência

Professores dos ensinos fundamental e médio e comunidade

Descrição

Concebido a partir da realidade educacional, geográfica e socioeconômica da região amazônica, o Projeto Luz do Saber utiliza barco-escola para percorrer as pequenas cidades localizadas às margens do rio Amazonas e de seus afluentes.

O quadro de professores, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, é insatisfatório no interior do Estado. São 8.876 professores nas 376 escolas estaduais da área urbana. A situação é mais grave na zona rural das cidades do interior. Dos 5.571 professores existentes, metade diz ter até a 4ª série do 1º grau, mas somente 5% comprovam com documentação a escolaridade; 31,3% declaram ter até a 8ª série, mas apenas 11% apresentam certificado.

A Secretaria de Educação do Estado constata que os altos índices de evasão e repetência nas escolas rurais - em Marañ, por exemplo, dos 955 alunos da rede estadual, 607 foram reprovados e 153 abandonaram as escolas - deve-se principalmente à formação precária dos professores.

Assim, o Projeto visa, prioritariamente, capacitar e aperfeiçoar os professores, sem deslocá-los da cidade onde moram, e preparar os recursos humanos para ação multiplicadora de participação das comunidades amazonenses no autodesenvolvimento da região.

O Projeto, entre outras atividades, desenvolve cursos de capacitação, reciclagem, aperfeiçoamento e treinamento para professores, técnicos e funcionários da rede estadual de ensino.

No barco-escola, há biblioteca para consultas e pesquisa e equipe médico-odontológica para atender à comunidade escolar e desenvolver campanhas de prevenção das doenças com maior incidência na região. São realizados também ciclos de ativação comunitária para pais de alunos e lideranças locais envolvidas no processo educacional. O barco está equipado para exibição de filmes, palestras com apoio audiovisual e audições musicais.

Lançado em 1996, o Projeto deve inaugurar, em abril de 1997, mais três barcos-escola para desenvolver o mesmo trabalho.



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Distribuição: Diretoria de Disseminação de Informações Educacionais
MEC- Esplanada dos Ministérios, Bloco L , Anexos I e II Brasília - DF- 70047-900

Telefone: (061)224-1573 Fax: (061)226-8468 e-mail: postmaster@inep.gov.br

**Ministério
da Educação
e do Desporto**



ISBN 85-86260-06-



9 788586 260063